

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Vara de Família e Menores

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

Autor/Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva, residente em Rua da Liberdade, 45, 2.º Esq., 1150-067 Lisboa, NIF 123 456 789.

Réu/Requerido: Associação Casa da Juventude, Lda., pessoa coletiva n.º 504 321 987, com sede em Avenida da República, 120, 1050-162 Lisboa; e Carlos Mendes, portador do NIF 987 654 321, residente em Rua das Flores, 12, 1.º Dto., 4000-123 Porto.

Juiz: Dr. António Ribeiro – Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

CITAÇÃO DE TESTEMUNHA

Nome da Testemunha: José Mendes

Profissão: Professor do Ensino Secundário (Matemática) – Escola Secundária de São Vicente

NIF: 234 567 890

Morada: Rua da Escola, 8, 3.º Esq., 1200-345 Lisboa

Telefone: 213 555 678

1. Objeto da Citação Nos termos do artigo 560.º do Código de Processo Civil, **intima-se** a pessoa acima identificada a comparecer perante a Vara de Família e Menores de Lisboa, a fim de prestar depoimento como testemunha nos autos do processo supracitado, relativo a alegados abusos sexuais praticados contra o menor João Silva, bem como à suposta falta de vigilância da Associação Casa da Juventude, Lda.

2. Data, hora e local da audição

- **Data:** 15 de maio de 2024
- **Hora:** 10h00 (pontualmente)
- **Local:** Sala de Audiências da Vara de Família e Menores, Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Rua da Prata, 45, 1100-442 Lisboa.

3. Documentação a ser apresentada

1. **Documento de identificação oficial** (Cartão de Cidadão ou Passaporte).
2. **Currículo ou comprovativo de vínculo empregatício** com a Escola Secundária de São Vicente, para efeitos de verificação da credibilidade da testemunha.
3. **Qualquer documento ou registo** (ex.: folhas de frequência, relatórios de atividade extra-curricular, comunicações internas) que ateste a presença do menor João Silva nas instalações da Associação Casa da Juventude, entre 2015 e 2020.

4. Consequências da não comparência Em caso de **não comparecimento injustificado**, nos termos do artigo 562.º do CPC, o tribunal poderá:

- **Decretar a condução coercitiva** da testemunha, nos termos do artigo 564.º, com a aplicação de multa diária até ao comparecimento.
- **Aplicar sanção pecuniária** de até € 500,00 (quinhentos euros), nos termos do artigo 566.º.

5. Direito de assistência A testemunha tem o direito de ser assistida por advogado ou por um representante legal, caso deseje. O advogado poderá ser constituído até ao dia **10 de maio de 2024**, mediante comunicação escrita ao tribunal, através do endereço de correio eletrónico **tribunal.lisboa@justice.gov.pt**.

6. Comunicação da presente citação A presente citação será entregue **pessoalmente** ao Sr. José Mendes, mediante assinatura de recibo, ou, na sua falta, será enviada por correio registado com aviso de receção ao endereço acima indicado.

Lisboa, 1 de maio de 2024

Dr. António Ribeiro
Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Secretário(a) Judicial
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Este documento foi gerado em conformidade com o disposto no Código de Processo Civil, devendo ser cumprido integralmente.